



# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Gabinete Vereador GILSON BARRETO

Folha n.º	01	de	proc
n.º	723	do	1997

LIDO HOJE	PROJETO DE LEI
AS COMISSÕES DE: 12 AGO 1997	01 - PL
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	01-0723/1997
Pol. Urb. Metrop. E M.A.	
Finanças e Orçamento	
PRESIDENTE	

Dispõe sobre a cobrança de taxas de serviços públicos incidentes sobre imóveis urbanos.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - É vedada ao Executivo a cobrança, em conjunto, do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano com as Taxas de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e de Combate a Sinistros.

Parágrafo Único - As taxas serão pagas em prestações mensais, na forma regulamentar, respeitado o máximo de 10(dez).

Art. 2º - Os débitos não pagos nos prazos regulamentares ficam acrescidos de:

I - 2% ( dois por cento ), após o vencimento;

II - juros moratórios, à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês imediato ao do vencimento, contando-se como mês completo qualquer fração deste;

III - atualização monetária, sem prejuízo das custas e demais despesas judiciais.

Art. 3º - Fica obrigatório constar, na Notificação-Recibo, (NR), a forma de cálculo e descrição dos serviços colocados à disposição do contribuinte e que deram origem a cobrança das Taxas de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, de Limpeza Pública e de Combate a Sinistros.


SEÇÃO DE REVISÃO
HNS/mlm - 12/08/97 - 10:25 - prlei - pl-iptu
12 AGO 1997
-DT. 10-

Folha n.º	02	de pros
n.º	723	de 19 97

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1997

  
GILSON BARRETO  
Vereador - PSDB